



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE SETEMBRO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhores Ministros; Senhor Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves; Senhor Presidente do Senado, Senador Édison Lobão; Senhores Líderes de todos os partidos representados no Congresso Nacional,

Em primeiro lugar, quero agradecer, vivamente, a presença de todos os Senhores aqui, esta manhã, no Palácio do Planalto, atendendo a uma sugestão que foi, inicialmente, do Presidente da Câmara, que achei extremamente oportuna, para que pudéssemos, ainda que brevemente – o objetivo nosso não é de uma longa reunião –, trocar algumas informações e considerações sobre o momento que estamos atravessando. Não tanto especificamente o Brasil, mas em termos da situação internacional.

Não preciso repetir o que todos não apenas sabemos, mas temos visto, reiteradamente, através das televisões, a partir dos acontecimentos nos Estados Unidos. Evidentemente, isso marca um momento de grande dificuldade no manejo das relações internacionais, tanto as diplomáticas quanto as econômicas.

Também não creio que seja momento para fazermos especulações sobre as consequências de todos esses acontecimentos e, menos ainda, sobre os responsáveis e seus causadores. Se os próprios americanos não informaram nada, não cabe a nós fazer qualquer especulação sobre se foi tal ou qual grupo, tal ou qual organização, se tem ligação com esse ou com aquele país. Qualquer especulação, a essa altura, é vã e eu diria, mesmo, contraproducente, do ponto de vista do Brasil.

Mas é inegável que houve um acontecimento de proporções gigantescas. Foi um ataque terrorista que se desenvolveu com precisão e que, é inegável, alcançou objetivos simbólicos importantes e causou danos, também grandes, aos Estados Unidos e com consequências muito amplas para o conjunto das nações.

Vou pedir, daqui a pouco, que o Ministro Celso Lafer nos informe a respeito de como o Itamaraty atuou e como está vendo esse conjunto de ações que estão se desencadeando.

Também vimos que a reação da população americana, até este momento, é, por um lado, de repúdio – como tinha que ser –, de união interna e de uma certa perplexidade, o que também não é surpreendente. Essa mesma situação se espalhou por diversos países. Alguns têm temor de que possa haver retaliações que possam alcançá-los. Todos, naturalmente, com uma certa perplexidade, diante do alcance dos atos praticados.

Independentemente do que sejam as decisões – algumas delas foram já acolhidas pelas Nações Unidas, pelo Conselho de Segurança, outras pela Otan e pela União Européia –, existe um problema de base maior.

Nós, brasileiros, somos um país que tem uma tradição de, coerentemente, respeitar os direitos humanos, respeitar a pluralidade cultural, não aceitar a intolerância étnica, nem nenhuma forma de intolerância, muito menos a política. Portanto, somos radicalmente contrários a atos que levem à insensatez, partam de onde partirem. Devemos nos preocupar, porque existe o problema moral, o problema de valores, nessa crise toda que está acontecendo.

Chamo a atenção para os desdobramentos políticos, econômicos e militares de um fato que também tem fundamento religioso,

encontra raízes religiosas. O mais patético é que as três grandes religiões monoteístas são as que estão envolvidas. E envolvidas também no mesmo local que deu origem a essas três religiões monoteístas: a islâmica, a judaica e a cristã.

Num país como o Brasil, onde há tradição de convivência, onde temos, entre nós, cultores dessas três religiões – e que aqui nunca se manifestaram de forma antagônica –, nós podemos desempenhar, também, um papel até de protagonista para mostrar que existe um trabalho a ser feito, que tem a ver com um problema moral, que é o respeito ao outro, que é a convivência necessária, a despeito de diferenças. Tanto mais que essas diferenças, do ponto de vista religioso, não são tão fundamentais. Fundam-se, todas as três religiões, numa mesma crença, na crença monoteísta. Acredito que se não houver, simultaneamente com as ações que serão tomadas e que independem da nossa decisão, uma espécie de reconstrução espiritual – e olhem que digo isso tendo pensado, não digo isso sob forma retórica –, se não houver uma reconstrução espiritual, no sentido de valores, nós estamos entrando no século XXI colocando em risco, realmente, a sobrevivência de muita coisa.

Quero lhes chamar a atenção para o fato de que nenhum país, nenhum cidadão está, hoje, isento da possibilidade de um ataque de irracionalidade. Nenhum. E se nós assistimos ao que assistimos – o desfazimento daquelas grandes estruturas, das torres de Nova York, em questão de minutos –, imaginem a guerra bacteriológica; imaginem a generalização do uso de armas atômicas de pequeno alcance. Estão ao alcance de qualquer grupo. E isso exige nossa reflexão. Quando eu digo qualquer grupo, é qualquer mesmo. E a irracionalidade não tem limites.

Então, se não houver uma revalorização das práticas de respeito à lei, à democracia, de respeito à diversidade de valores, se não houver uma atitude, digamos, intimamente mais construtiva da parte de todos nós, que somos líderes políticos, estaremos falhando em nossa capacidade de liderança. E não é liderança do presidente, do líder parlamentar ou do ministro, é geral.

Desculpem-me falar dessa maneira sobre um evento como o ocorrido. Mas essa questão deve preocupar muito a nós, brasileiros. Nós não podemos perder a matriz de tolerância que temos. Não podemos transformar a tolerância em estigma negativo. E nem fazer com que forças irracionais brotem como se fossem as que, verdadeiramente, vão purgar o país dos seus males. Quando se começa querendo purgar o país dos males, apontando para ações diretas, para as intolerâncias, o resultado está aí. Levado a um grau extremo, leva a desatinos que, por enquanto, foram praticados por um dos lados. Tomara que o outro não o faça.

Então, é um momento em que nós precisamos de coesão, inclusive no fato simbólico de estarmos juntos, aqui, pessoas que disputam o poder e que, portanto, no plano político, são muitas vezes antagônicas. Somos adversários em certos setores. Mas nossa reunião já é importante, porque temos que demarcar, na nossa ação cotidiana, o limite racional das coisas. E esse é um momento em que precisamos – não quero usar essa palavra para obter fins pessoais ou de governo, porque não seria legítimo – pensar um pouco sobre a coesão nacional, sobre a necessidade de uma solidariedade que vá além dos interesses de cada um de nós como pessoas, como líderes de partidos, e que, enfim, mostre que estamos construindo uma democracia no Brasil a duras penas.

Aqui, os que passamos por dificuldades de outra natureza sabemos como podem ser muito mais duras as penas se nós não tivermos a grandeza, nos momentos importantes, de uma ação equilibrada, de uma ação que evite o que tenho chamado “a marcha da insensatez”, que já está no mundo. E muito avançada.

Também quero lhes dizer – mudando um pouco de plano, porque não quero depois voltar a falar – que não existe nenhuma razão, neste momento, para que se extrapolem consequências extremamente negativas dos fatos ocorridos. E espero que nunca no plano econômico. Os bancos centrais da Europa, pela primeira vez, agiram com muita rapidez e proveram liquidez ao sistema.

Agora mesmo, na liquidação dos créditos, das dívidas, dos títulos dos países emergentes, não estão sendo cobrados na hora. A Bolsa

abriu em Londres. Em Nova York, não havia condições. Enfim, dando tempo para que haja um reajuste. Provavelmente, o Banco Central dos Estados Unidos – o Fed – vai baixar ainda mais a taxa de juros. Quer dizer, temos que agir com muita competência aqui também. E entre as ações de competência, a principal é a normalidade. Os mercados estão sempre prontos a especular. Não há ação que o Governo, o Executivo possa tomar isoladamente. Os mercados não reagem mais em função de um ato do Executivo, é um ato da sociedade. O Congresso é muito importante.

Uma declaração exagerada ou uma denúncia mal posta, ou a falta de ação em questões que são importantes têm efeito imediato. Eu pediria mesmo que os líderes considerassem isso nessas próximas semanas, para que a situação financeira seja administrada de uma maneira mais tranquila. E para que o povo não pague as consequências da nossa falta de previsão. E – repito – não é falta de previsão só do Executivo. O Executivo é obrigado a prever. Hoje, os mercados não se guiam pelo Executivo, se guiam pela sociedade.

Então, neste momento, a normalidade no Congresso – sei que ela existe – é muito importante. A votação de leis que digam respeito ao interesse do país, de acordo com a concepção que cada um tem dele, é importante. Que se brigue na discussão, mas que se vote, que se mostre que existe comando. Não comando do Governo, mas comando da sociedade. Que as coisas estejam funcionando. Isso vai ser muito importante.

Por todas as informações que tenho – ainda hoje falei com o Embaixador brasileiro em Washington, o Ministro Pedro Malan está, o tempo todo, ligado com os Ministros da Fazenda do mundo todo e me reporta sistematicamente –, existe uma disposição generalizada de resolver questões que, eventualmente, ocorram. Não há, portanto, razão para nós aqui começarmos a imaginar que virá o pior.

Por fim, a posição do Brasil em todas as questões do mundo, da globalização e tudo isso, tem sido consistentemente construtiva e crítica. O mundo vai sofrer modificações muito fortes, a partir desses últimos acontecimentos – muito fortes. A agenda diplomática vai

mudar. A nossa posição tem sido sempre a de desejar que haja maior partilha do poder em nível global, maior legitimação nas decisões em nível global.

Todas as vezes em que houve reuniões do grupo chamado G-7, G-8, o Governo do Brasil se manifestou sobre os problemas que interessam ao Brasil e aos países em desenvolvimento. Todas as vezes, nós nos manifestamos. Escrevi cartas, sempre, para todos os líderes do mundo, mostrando quais são, do nosso ângulo, as deficiências a serem coibidas, corrigidas, a um ponto tal que, num dado momento, o Presidente Clinton me chamou e combinamos que haveria um novo grupo chamado G-20. Fizemos um grupo que cuida da questão financeira mundial. E o Brasil é parte disso. A Índia é parte. Mas, enfim, países em desenvolvimento passaram a ter voz na reorganização de certas questões, porque será necessária uma reorganização de todo o sistema financeiro.

Existem tendências bastante reacionárias no mundo de hoje, no que diz respeito ao manejo do sistema financeiro internacional. A mais reacionária de todas quer acabar com o Fundo Monetário International. Muitas vozes que não conhecem o funcionamento das instituições pensam que isso pode ser até bom. Doce engano! No dia em que o Fundo Monetário estiver atado, as crises virão, uma sobre a outra, e os países mais ricos ficarão cada vez mais fortes. Mas existem vozes poderosas no mundo que querem restringir o papel das instituições multilaterais, ou seja, o Fundo Monetário, o Banco Mundial, as Nações Unidas. Isso é contrário ao interesse dos países em desenvolvimento. Isso é contrário aos interesses do Brasil. Isso é contrário a uma partilha de poder no mundo. Precisamos é ter mais ação, ação mais discutida e com mais participação de todos nós nas decisões.

O Brasil, invariavelmente, tem tentado fortalecer os organismos das Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança. O Brasil nunca aceitou a idéia de se substituir o Conselho de Segurança por um diretório que não tem base em nenhuma delegação. Nunca aceitou. Sempre insistimos na importância do fortalecimento dos organismos regulares e uma maior participação, não só nossa, mas dos vários países. Existe um

amplo entendimento entre o Brasil e certos países que estão à margem e outros que estão dentro desse processo, como a própria China, como a Índia – a Índia está fora do Conselho de Segurança –, como alguns países da Europa, no sentido de que é preciso rever a ordem mundial.

É preciso que os brasileiros saibam que o Governo brasileiro atua, é preciso que se dê maior força à nossa atuação porque, se não for assim, será em detrimento dos nossos interesses. Sei que, em matéria de política internacional, tem havido cooperação. Mas é importante que essa cooperação seja explícita, para que não se deslegitime um esforço, que é um esforço nacional. Não é um esforço nem pessoal, nem é um esforço partidário.

Acho que esses temas vão voltar à baila. Depois de um primeiro momento de natural excitação e talvez de ações unilaterais, haverá, de novo, a discussão sobre como se recontrola o sistema mundial. E, aí, vamos ter um papel. E esse papel, quanto mais for discutido internamente, quanto mais refletir a opinião de todas – insisto, tenho insistido há muitos anos –, de todas as correntes de opinião, maior força teremos para poder servir melhor aos interesses do Brasil e da humanidade.

Termino por dizer – já que falei de humanidade – que, neste novo século, pela primeira vez na história, talvez seja possível transformar a humanidade – perdoem-me o pedantismo hegeliano – em um universal concreto. O Ministro Celso Lafer sabe o que é isso. Ou seja, que estejamos nos referindo a alguma coisa que não seja, simplesmente, uma abstração para disfarçar interesses de classe. Não. Existem, hoje, valores que são, realmente, gerais: a defesa da ecologia; a prevenção contra o terrorismo; a necessidade de uma participação mais ampla de todos os países nas decisões internacionais; a quebra dos monopólios de mercado; a reorganização da ordem econômica comercial na OMC.

Existe, hoje, colocada para este século que se inicia, a possibilidade de uma humanidade como um sujeito efetivo da história, não só os Estados, nem só as classes com suas diferenças. Mas existe o perigo de que isso não ocorra, sobretudo agora, com essa irracionalidade crescente.

Estamos, portanto, diante de um desafio muito grande, para quem crê realmente no ser humano, para quem crê realmente na possibilidade de uma convivência com tolerância, na democracia, para quem crê realmente que a razão deve prevalecer sobre os impulsos meramente irracionais e para quem crê que as religiões, os valores não são incompatíveis com a razão. Têm que se compatibilizar com a razão.

Essa é a nossa, digamos, grande agenda. Sei que não é para discutir amanhã ou depois. Não vai estar nos jornais, não vai estar nos discursos, mas é o que está em jogo.

Perdoem-me por essa digressão, talvez um pouco genérica demais para as aflições do dia-a-dia, mas acho que se não tivermos um horizonte e se não acreditarmos mesmo nas coisas, se não tivermos coragem de fazer as análises e não tivermos capacidade analítica, por mais que sejam generosas as nossas vontades no dia-a-dia, elas vão ser frustradas pelas grandes correntes da história.

Ministro Celso Lafer, por favor, informe-nos. Tem a palavra.